

Contra-Almirante (FN) **Nélio de Almeida**
nelio@marinha.mil.br

CMG (RM1 FN) **Romilton Mello**
romilton@marinha.mil.br

Operações de Informação (OpInfo)



O CA (FN) Nélio de Almeida é atualmente o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. É oriundo da Escola Naval. Kursou os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval e o *Command and Staff College and On-The-Job Training* nos Estados Unidos. Já Comandou o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais. É, também, cursado nos cursos de Formação de Avaliadores de Prêmio da Qualidade do Governo Federal e de Autoavaliação de Gestão.



O CMG (RM1 FN) Romilton Mello exerce, atualmente, a função de Assessor de Relações Institucionais e Doutrinárias no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), onde é o coordenador, dentre outras, da Linha de Pesquisa “Operações de Informações”. É oriundo da Escola Naval e concluiu o Curso de Política e Estratégia Marítimas em 2008, na Escola de Guerra Naval. Participou como Observador Militar da Operação de Paz UNPROFOR (ex-Iugoslávia) em 1994/1995, serviu na Junta Interamericana de Defesa (IID) de 2009 a 2011 e exerceu a Chefia do Estado-Maior da Divisão Anfíbia (DivAnf) em 2012. Comandou as seguintes Unidades do CFN: Companhia de Polícia (CiaPol) em 1998, Batalhão Paissandu (3º BtlInfFuzNav) em 2003 e Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF) em 2006/2007.

1. O ambiente Informacional e as Operações de Informação

No ambiente operacional contemporâneo, repleto de incertezas e ameaças fragmentadas ou difusas, com batalhas preponderantemente urbanas, onde tem sido cada vez mais crescente a influência da informação sobre o conjunto de atores participantes do conflito (a mídia, a população local, a opinião pública internacional, organismos internacionais, governamentais e não governamentais, etc) e principalmente, onde a evolução tecnológica dos meios de comunicação impôs que o impacto das notícias exerçam influência considerável nos resultados das ações de tropas, avulta de importância o desenvolvimento das capacidades relacionadas com a informa-

ção. Reforça essa ideia a tendência de opção pela guerra de manobra como forma mais “inteligente” de combater, quando comparada com a guerra de atrito.

Tudo isso indica que o mapeamento e a análise das dimensões informacional e humana tornaram-se tão importantes quanto as demais características da Área de Operações (dimensão física) e que a pressão da opinião pública e a aplicação seletiva e precisa da capacidade destrutiva com maior controle de danos e redução dos efeitos colaterais torna-se, hoje, uma das principais preocupações do comandante.

A informação tornou-se uma ferramenta primordial para o êxito nas operações militares atuais, possibilitando aos tomadores de decisão influenciar no combate para obter, produzir, difundir e até manipular a busca da legitimidade das ações.

Figura 1: As dimensões do ambiente operacional.



Fonte: BRASIL, 2018a.

Apesar de o termo “operações de informação” (OplInfo) vir sendo utilizado somente nas últimas três décadas, o despistamento¹ sempre esteve presente nas operações militares, como forma de dificultar a tomada de decisão do inimigo. Porém, as OplInfo são mais abrangentes e empregam toda a capacidade que possa atuar no ambiente informacional do conflito.

2. As Operações de Informação

As operações de informação visam a inserir a dimensão informacional dentro de um planejamento militar, coordenando e sincronizando as diversas capacidades que atuam nas perspectivas cognitiva, lógica e física, buscando a sinergia e evitando o fratricídio de informação (BRASIL, 2018a).

São ações coordenadas sobre o ambiente de informação e executadas, com o apoio da inteligência, para influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão, bem como para a proteção do próprio processo decisório, concorrendo, assim, para a consecução dos objetivos políticos e militares (BRASIL, 2015).

¹DESPISTAMENTO: 1. Conjunto de medidas adotadas contra o inimigo, por meio da manipulação, distorção ou falsificação de evidências, de forma a induzi-lo a reagir de modo prejudicial aos seus interesses. É realizado com propósito estratégico ou tático. 2. Medida de ataque eletrônico não destrutiva que consiste na deliberada irradiação, reirradiação, alteração, absorção ou reflexão de energia eletromagnética, com o propósito de induzir o inimigo a erro na interpretação ou no uso da informação recebida pelos seus sistemas eletrônicos. (BRASIL, 2015, p. 90/288)

Conforme definido pela Doutrina Militar Naval (DMN, EMA-305):

[...] compreende o conjunto de ações coordenadas dirigido para alcançar superioridade no ambiente informacional, por meio da negação, degradação ou destruição da informação e redes associadas oponentes, reais ou potenciais, enquanto protege suas próprias do ataque adversário (BRASIL, 2017, p. A-22).

Ainda de acordo com a DMN, pode ser desencadeada por meio da operação psicológica e das ações de guerra eletrônica, de guerra cibernética e de despistamento, além de medidas de segurança orgânica e das informações digitais.

O Manual de Doutrina de Operações de Informação, EMA-335, apresenta como definição uma interpretação similar a contida na DMN, porém mais completa para o entendimento de seus reais propósitos:

Consistem na coordenação do emprego integrado das Capacidades Relacionadas à Informação (CRI)², em contribuição a outras operações ou mesmo compondo o esforço principal, para informar e influenciar pessoas ou grupos hostis, neutros ou favoráveis, capazes de impactar positivamente ou negativamente o alcance dos objetivos políticos e militares, bem como para comprometer o processo decisório dos oponentes ou potenciais oponentes, enquanto garantindo a integridade do nosso processo. (BRASIL, 2018a, p. 2-6 e 2-7).

Essa definição, considerada mais atualizada e completa deverá ser inserida na próxima revisão da DMN, ficando, dessa forma, idêntica a contida no Manual de Doutrina de OplInfo, EMA-335.

Em todos os conceitos apresentados, pode-se depreender que:

- as OplInfo são integrantes do plano da operação militar;

²Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) – “São aptidões requeridas para afetar a capacidade de oponentes ou potenciais adversários de orientar, obter, produzir e difundir informações, em qualquer uma das três perspectivas da dimensão informacional (física, cognitiva ou lógica)[...]. Dentre as CRI, destacam-se: Operações Psicológicas, Ações de Guerra Eletrônica, de Despistamento e de Guerra Cibernética, Segurança da Informação e Destruição Física, Assuntos Cíveis e Atividades de Comunicação Social”[...] (Brasil, 2018a, p. 2-6).

- não há subordinação das CRI a elemento organizacional enquadrante, uma vez que cada uma das CRI possui, também, “espaço de atuação” que não são relacionados com as OplInfo;
- o foco deverá estar na coordenação das CRI, naquilo que elas possam contribuir com o propósito maior das OplInfo, ou seja, evitar o fratricídio informacional e a duplicação de esforços; e
- as OplInfo tem o caráter ofensivo, quando visando os oponentes ou neutros, quanto defensivo, nas situações de proteção de seus objetivos e propósitos.

Durante a execução das operações, julga-se importante a ativação de uma célula (ou centro) de coordenação das OplInfo, ligada à Seção de Operações, contendo representantes da Seção de Inteligência e das CRI de forma permanente, além de outros representantes, convocados de acordo com a situação. Esta célula não deverá impor subordinação às CRI, mas deverá planejar e acompanhar a execução dessas capacidades de forma coordenada e de acordo com a manobra idealizada.

Entende-se que as OplInfo devem ser executadas em uma total integração ao processo decisório e não apenas como um complemento que deva ser desenvolvido após a construção da solução do problema militar, contribuindo assim, decisivamente para execução da Guerra de Manobra e devem permear todos os níveis de condução do conflito (político, estratégico, operacional e tático) e todas as fases da campanha.

As OplInfo no nível estratégico adquirem características de continuidade, sendo executadas desde o tempo de paz, além de possuir uma abrangência mais ampla, visando contribuir para o esforço de guerra como um todo, relacionando-se com todos os campos do poder nacional.

Nota-se, ainda, que as OplInfo vão permear também todas as funções operacionais/de combate, quais sejam: manobra, fogos, inteligência, C2, logística e proteção.

Por fim, considera-se que as OplInfo, embora tratadas na DMN no bojo das Operações de Guerra Naval, são realizadas, também, nas outras operações previstas, ou seja, no âmbito das Operações de Emprego Limitado da Força e nas Atividades Benignas.

3. Desenvolvimento das OplInfo na MB

Nos aspectos relacionados à capacitação de pessoal e às estruturas funcionais no âmbito da MB, observa-se que o assunto merece ser discutido, ainda com mais profundidade, pelos órgãos diretamente envolvidos. Embora comece a

ser montada uma estrutura, ainda em experimentação, no ComOpNav e já seja idealizada uma estrutura para atender as principais demandas dessas CRI e sua coordenação nos GptOpFuzNav da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE), ainda mostra-se necessário desenvolver os grupos atuadores que possam trabalhar no assunto nos Distritos Navais.

Na constituição dos Estados Maiores de Forças e GptOpFuzNav, bem como para Estado-Maior (EM) operacionais sob Comando do ComOpNav, o EMA-335 prevê uma organização pautada na flexibilidade, definindo onde estará inserida as OplInfo em seu EM, de acordo com a situação militar apresentada e o estudo da missão realizado pelo Comandante, diferente daquela estrutura fixa determinada na doutrina de operações conjuntas emanada do MD, onde é prevista uma seção exclusiva para OplInfo/OpPsc (D8).

Na apresentação das vantagens e desvantagens de cada tipo de opção, a publicação aponta que em uma Célula/Centro OplInfo integrante da Seção de Operações (D3), com as CRI tendo suas seções independentes ou não, dependendo do que a situação exigir, observar-se-á as seguintes vantagens: melhor coordenação das OplInfo com a Operação; capacidade de maior mobilização das CRI; e identificação mais clara de como as CRI podem contribuir com as Operações, sem subordiná-las às OplInfo. As seguintes desvantagens para essa opção foram assim enumeradas: possibilidade de as OplInfo serem deixadas em segundo plano; sobrecarga do D3, que coordenará as CRI, integrando-as à Operação; e o Encarregado das OplInfo não ter contato direto com o Chefe do Estado-Maior (CEM).

No que se refere ao preparo dos militares para exercerem as funções em EM relacionadas as OplInfo e as CRI, observa-se que algumas capacidades ainda são incipientes, precisando ser desenvolvidas de maneira mais efetiva, como é o caso das operações psicológicas, da comunicação social em apoio às operações militares e dos assuntos civis.

No campo das Operações Psicológicas, foi criado em 2019, um Estágio de Qualificação para Oficiais e Praças no Centro de Instrução Almirante Sílvio de Camargo (CIASC), visando complementar, de maneira mais abrangente, o efetivo de militares qualificados nessa capacidade, sem prejuízo da capacitação mais completa de alguns militares em cursos em outras Forças e/ou países. O estágio baseia-se em coletâneas de informações doutrinárias advindas de cursos e intercâmbios com outras Forças e países e em experiências adquiridas em operações reais. Todo o conteúdo dessas informações está incluído em uma Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) do CDDCFN, em fase final para a publicação.

Em virtude da grande relação das Operações Psicológicas com as operações em terra, visualiza-se que a Organização Militar Orientadora Técnica (OMOT) para OpPsc seja o Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais (CPesFN).

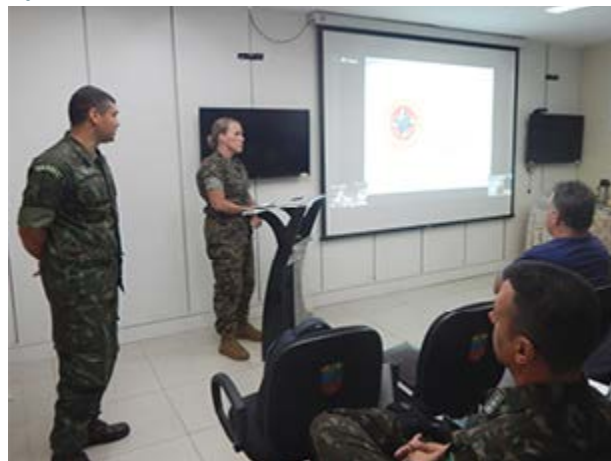
Na área da Comunicação Social em apoio às operações militares, muito conseguiu-se com as lições aprendidas nas operações de GLO e nas atividades desenvolvidas pelo contingente brasileiro da MINUSTAH (Haiti), bem como nas ações empreendidas nos grandes eventos em que as FA participaram nos últimos anos. O Manual de ComSoc da MB (EMA-860) já dedica um capítulo a essas atividades operativas, demonstrando que o Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM), órgão responsável pela gestão das atividades de ComSoc na MB, já visualizou a necessidade em desenvolver doutrina e procedimentos para essa área de atuação. Porém, pela dificuldade encontrada em simular situações e elementos adversos/neutros nos exercícios de nossos GptOpFuzNav, ainda estamos em um patamar muito baixo no desenvolvimento de situações que venham a gerar respostas e ações que possam servir de melhorias e ensinamentos visando a construção de procedimentos apropriados.

Nos aspectos relacionados ao campo cibernético, envolvendo o emprego de ferramentas disponíveis nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações para desestabilizar os ativos de informação do inimigo e, também, para possibilitar a proteção dos ativos de informação de interesse (BRASIL, 2017), observa-se que atualmente na Marinha não se utiliza ações ofensivas (e demanda debates se deveremos ter e em que nível). Devemos atentar para as lições aprendidas dos incidentes e conflitos que ocorreram em período mais recente, que possibilitaram concluirmos que a guerra cibernética é real, acontece a velocidade da luz, é global, ignora os campos de batalha e que as nações já estão se preparando para este tipo de combate (CLARKE; KANAKE 2015). Na MB, tem sido utilizadas apenas ações de defesa e exploração cibernética, que devem ser de responsabilidade de todos. Coloca-se em dúvida, ainda, se devemos ter capacidades específicas nessa área, ou se necessitamos apenas de uma supervisão nos níveis mais baixos. Ainda é, também, relevante a discussão de até que ponto estaremos incorporados em um planejamento maior, advindo do Ministério de Defesa.

Por fim, relacionado aos assuntos civis, parece que um importante passo foi dado com a realização de uma mesa redonda no ano de 2019, coordenada pelo CDDCFN e com a participação de diversas OM do setor operativo da MB, visando à revisão e atualização da NCD nº 1/2016 do CDDCFN, até o momento a única referência doutrinária na MB. A intenção do Comandante de Operações Navais em ativar

funções de militares nos DN relacionadas às Operações Psicológicas e Assuntos Cívicos em muito contribuirá para o desenvolvimento dessas capacidades na MB. Para o ano de 2020, existe a intenção de criar-se um Estágio de Assuntos Cívicos no CIASC, a exemplo do ocorrido com o tema OpPsc, o que demonstra, também, uma tendência em designar o CPesFN para OMOT deste assunto.

Figura 2: Mesa Redonda sobre Assuntos Cívicos.



Fonte: CDDCFN.

4. Considerações Finais

Diante dos conceitos e análises apresentadas e especialmente do nível de tratamento do assunto atualmente na MB, podemos listar os principais aspectos a serem apontados como de importância essencial para a compreensão das Oplnfo no âmbito da Força:

- não deverá haver subordinação das ações relativas às CRI a um planejamento, assessoria ou elemento organizacional enquadrante, tendo em vista que cada uma das CRI possuem, também, “espaços de atuação” não relacionados com as Oplnfo. Apesar das Oplnfo estarem posicionadas no ComOpNav, em uma estrutura administrativa que as incorporem no mesmo elemento organizacional que as operações especiais, deverá ser sempre observada a independência das ações dessas atividades na organização por tarefas de um EM operacional centrado naquele Comando;
- o foco das ações de Oplnfo deverá estar na coordenação das CRI, naquilo em que elas possam contribuir com o propósito maior das Oplnfo (ou seja, de informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório dos oponentes e defender o nosso). Para tanto, deve-se incluir as Oplnfo no planejamento geral, em vez de tratá-las como algo complementar que deva ser desenvolvido após a construção da solução do problema militar. Nesse

esforço, deve-se evitar o fratricídio informacional, a duplicidade de esforços e a garantia efetiva da contribuição das OplInfo para alcançar os “objetivos” da referida solução;

- em consequência dos aspectos relacionados nos itens anteriores, julga-se que caberá ao Comando e seu EM Geral tratar de forma integrada todos os requisitos³ da solução do problema militar, incluindo as OplInfo. Nesse esforço, participarão os Oficiais do EM Especial ligados diretamente às CRI, assim como ocorre com os demais oficiais de EM Especial em relação aos demais requisitos (apoio de fogo, proteção, etc). Durante a execução das operações, julga-se apropriada a ativação de uma célula (ou centro) de coordenação das OplInfo, ligadas a Seção de Operações, que pode ter representantes das CRI, de forma permanente (OpPsc, ComSoc, GE, GCiber, Intel.), além de outros que seriam convocados de acordo com a situação. Essa célula não deverá impor subordinação às CRI, mas deverá planejar e acompanhar a execução das ações dessa capacidades de forma coordenada; e
- quanto ao nível de condução do conflito, entende-se que as OplInfo ocorrerão, basicamente, nos níveis Estratégico e Operacional, quando focando em alvos que atendam a propósitos relacionados a esses níveis mais ligados aos aspectos tratados pela Trindade paradoxal de Clauzewitz⁴. Quando as OplInfo se direcionarem para alvos como o ciclo decisório e Comando e Controle (C2) do oponente, orientadas

mais para o campo militar, essas tendem a ter mais atenção nos níveis operacional e tático. Verifica-se também uma tendência de que os níveis superiores tratarão do planejamento e o nível tático da execução das ações que materializarão as CRI;

- entende-se, também, que as OplInfo no nível estratégico adquirem características de “continuidade”, sendo executadas desde o tempo de paz, além de possuir uma “abrangência mais ampla”, pois visarão contribuir para o esforço de guerra como um todo, tanto nos TO estabelecidos, como na Zona do Interior (ZI), relacionando-se com todos os campos do poder nacional. Enquanto isso, no nível operacional, as OplInfo serão restritas ao espaço e ao tempo da campanha, respeitadas as orientações do planejamento estratégico;
- entende-se, ainda, que na estruturação das Seções de um EM, as OplInfo deverão ser tratadas de maneira flexível, em função da situação e complexidade da missão, podendo vir a constituir uma seção específica ou estar coordenada com atividades realizadas pelas CRI, por intermédio de célula interna da Seção de operações; e
- considera-se, ainda, que as OplInfo, embora tratadas na DMN no bojo das operações de guerra naval, são realizadas, também, nas outras ações previstas, ou seja, no âmbito das operações de emprego limitado da força e nas atividades benígnas.

Por fim, sugere-se que, cada vez mais, o tema OplInfo seja incluído nos objetivos de adestramento das Forças Subordinadas ao Setor Operativo, visando adequar a realização das atividades no curso das operações/exercícios. Da mesma forma, sugere-se que o tema seja estudado com mais profundidade visando sua inclusão apropriada nas fases do Processo de Planejamento Militar (PPM).

³A solução do Problema Militar, fundamentalmente baseada no cumprimento de uma Missão, é de responsabilidade exclusiva do Comandante. A ele cabe tomar medidas relativas à movimentação, apoio, proteção, coordenação e controle de suas Forças, visando ao cumprimento da Missão da maneira mais eficiente, uma vez que estarão envolvidos interesses capitais, vidas humanas e material de custo elevado (BRASIL, 2006).

⁴O Governo, o Povo e as Forças Armadas.

Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval -. 1.ed. Brasília, 2017.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-331**: Manual de Planejamento Operativo da Marinha (Vol. I) - Processo de Planejamento Militar - EMA-331, Vol. I, 2006.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-335**: Doutrina de Operações de Informação -. 1ªed. Brasília, 2018a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-860**: Manual de Comunicação Social da Marinha. Brasília, 2018b. 1ª Revisão.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Brasília-DF, 2015.

CLARKE, Richard A.; KANAKE, Robert K. **Guerra Cibernética**: a próxima ameaça à segurança e o que fazer a respeito. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.